



<https://doi.org/10.18222/ae.v36.11723>

COMO A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ESTÁ SENDO MONITORADA EM INSTITUTOS FEDERAIS?

 JÉSSICA CRISTINA PEREIRA SANTOS^I

 ARNALDO MAUERBERG JUNIOR^{II}

^I Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF, Brasil; jessyca.cristina21@gmail.com

^{II} Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF, Brasil; arnaldo.mauerberg@unb.br

RESUMO

Este estudo analisou o monitoramento da assistência estudantil em institutos federais, visando a identificar ferramentas e desafios para subsidiar diretrizes nacionais que fortaleçam seus objetivos. A pesquisa, qualitativa, descritiva e exploratória, incluiu entrevistas em cinco instituições representativas das regiões brasileiras e pesquisa documental. Técnicas de análise de conteúdo, documental e triangulação por complementaridade foram aplicadas para ampliar a compreensão do fenômeno. Os resultados apontaram ausência de um sistema estruturado de monitoramento, com práticas voltadas principalmente para auditorias, em detrimento da avaliação de impactos. Apesar disso, os planos de desenvolvimento institucional apresentam indicadores promissores para aplicação na assistência estudantil.

PALAVRAS-CHAVE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE • MONITORAMENTO • INSTITUTOS FEDERAIS • POLÍTICAS PÚBLICAS.

COMO CITAR:

Santos, J. C. P., & Mauerberg, A., Jr. (2025). Como a assistência estudantil está sendo monitorada em institutos federais? *Estudos em Avaliação Educacional*, 36, Artigo e11723. <https://doi.org/10.18222/ae.v36.11723>

¿CÓMO LA ASISTENCIA ESTUDIANTIL ESTÁ SIENDO MONITOREADA EN LAS INSTITUCIONES FEDERALES?

RESUMEN

Este estudio analizó el monitoreo de la asistencia estudiantil en instituciones federales, visando identificar herramientas y desafíos para respaldar las directrices nacionales que fortalezcan sus objetivos. La investigación cualitativa, descriptiva y exploratoria incluyó entrevistas en cinco instituciones representativas de regiones las brasileñas e investigación documental. Se aplicaron técnicas de análisis de contenido, análisis documental y triangulación de complementariedad para ampliar la comprensión del fenómeno. Los resultados indicaron la ausencia de un sistema de monitoreo estructurado, con prácticas centradas principalmente en auditorías, en detrimento de la evaluación de impacto. A pesar de ello, los Planes de Desarrollo Institucional presentan indicadores prometedores para su aplicación en la asistencia estudiantil.

PALABRAS CLAVE ASISTENCIA AL ESTUDIANTE • VIGILANCIA • INSTITUTOS FEDERALES • POLÍTICAS PÚBLICAS.

HOW IS STUDENT ASSISTANCE BEING MONITORED IN FEDERAL INSTITUTES?

ABSTRACT

This study analyzed the monitoring of student assistance in federal institutes, aiming to identify tools and challenges to support national guidelines that strengthen its objectives. This qualitative, descriptive, and exploratory research included interviews conducted at five institutions representing different Brazilian regions, along with document analysis. Content analysis, document analysis, and triangulation by complementarity were applied to deepen understanding of the phenomenon. The results indicated the absence of a structured monitoring system, with practices focused mainly on audits rather than impact assessment. Nevertheless, the Institutional Development Plans present promising indicators for application in student assistance programs.

KEYWORDS STUDENT ASSISTANCE • MONITORING • FEDERAL INSTITUTES • PUBLIC POLICIES.

Recebido em: 26 JANEIRO 2025

Aprovado para publicação em: 30 JUNHO 2025



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da licença Creative Commons do tipo BY.

INTRODUÇÃO

Em um país onde mais de 50% dos estudantes matriculados nos institutos federais (IFs) possuem renda familiar de até 1,5 salário-mínimo, a assistência estudantil transcende o caráter de política pública, funcionando como uma ponte para transformação social (Ministério da Educação [MEC], 2024). Ao abarcar dimensões que vão da saúde ao acesso à cultura, a assistência estudantil se torna essencial para proporcionar condições de permanência e equidade educacional (Brito et al., 2019).

Soares e Amaral (2022) classificam as possibilidades de atuação da assistência estudantil em dois modelos básicos: uma política seletiva, de cunho exclusivamente financeiro, que não promove educação emancipadora; e uma abordagem universal, que apoia os estudantes em aspectos econômicos, sociais, acadêmicos e humanos, alinhando-se às demandas contemporâneas e aos desafios de desempenho acadêmico e permanência.

Embora diversos programas de assistência sejam mencionados em normativos institucionais, é necessário investigar seu impacto real na trajetória acadêmica dos estudantes, especialmente porque programas seletivos possuem práticas focais e imediatistas, carecendo, frequentemente, de visão de longo prazo (Prada & Surdine, 2018). Nesse sentido, a assistência estudantil, enquanto política pública, deve se guiar pelas etapas do ciclo de políticas públicas e ser respaldada por processos de monitoramento e avaliação sistemáticos que fortaleçam o planejamento e a execução das ações e reforcem a sua capacidade transformadora (Jannuzzi et al., 2009).

O Tribunal de Contas da União (TCU), em auditoria nos IFs, apontou a falta de avaliação da efetividade do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), dificultando a mensuração de seu impacto na redução da evasão na educação superior pública federal (Tribunal de Contas da União [TCU], 2024). Estudos realizados principalmente no âmbito das universidades abordam a escassez de dados consolidados e de instrumentos avaliativos abrangentes da assistência estudantil (Brito et al., 2019; Imperatori, 2017; Lima, 2023; Lima & Mendes, 2020; Souza & Costa, 2020), reforçando a necessidade de um sistema de monitoramento sólido. Essa ausência compromete a compreensão do papel do Pnaes na democratização da permanência e êxito dos estudantes, prejudicando decisões sobre a priorização e alocação de recursos (TCU, 2024).

As mudanças constantes na sociedade exigem revisões contínuas das políticas públicas, garantindo sua adaptação às novas realidades (Colen et al., 2024). Isso demanda inovações frequentes, sustentadas pela apropriação de informações sobre a operação, objetivos e desafios dos programas, fortalecendo sua efetividade (Jannuzzi, 2016). Logo, monitoramento e avaliação são processos essenciais que promovem reflexão, reorganização de práticas e transformação das relações entre

os envolvidos, permitindo que políticas e programas sociais se ajustem aos diversos contextos, superem desafios e se reinventem (Arretche, 2013; Brito et al., 2019; Jannuzzi, 2016).

É nesse contexto que esta pesquisa se propõe a analisar a situação atual do monitoramento das políticas de assistência estudantil em IFs das cinco regiões do país, a partir do Pnaes. Especificamente, busca-se identificar os mecanismos e ferramentas empregados nesse processo, destacando boas práticas, lacunas e desafios. Os resultados visam a subsidiar a formulação de diretrizes nacionais, fortalecendo a assistência estudantil e contribuindo para o alcance efetivo de seus objetivos com os beneficiários.

Reconhecendo a diversidade existente entre os IFs, dada sua essência de fortalecimento local dos territórios, esta abordagem se destaca por superar estudos limitados a uma única instituição ou análises documentais generalistas, explorando a realidade de instituições em todas as cinco regiões do país. Além de oferecer uma contribuição prática para orientar o monitoramento nessas instituições, o estudo busca avançar teoricamente nas discussões sobre monitoramento e avaliação de políticas públicas, aprofundando essa temática no contexto organizacional de IFs, a qual ainda carece de estudos.

A próxima seção apresenta o referencial teórico-conceitual que fundamenta o estudo. Na sequência, serão detalhados os métodos e técnicas adotados, seguidos pela exposição dos resultados e suas respectivas discussões. Por fim, são apresentadas as considerações finais, destacando as principais contribuições e implicações do estudo.

REVISÃO DA LITERATURA

Esta seção aborda os fundamentos teóricos da pesquisa, organizados em dois eixos principais: monitoramento de políticas públicas, incluindo sistemas de monitoramento e avaliação (SM&A) e seus desafios; e a assistência estudantil em IFs.

Monitoramento de políticas e programas públicos

O monitoramento de políticas públicas, muitas vezes associado à medição de desempenho, apresenta definições variadas na literatura. Poister (2015) diferencia a medição de desempenho, que é uma ferramenta gerencial focada no acompanhamento do progresso das ações, da avaliação de programas, que emprega métodos específicos para analisar resultados e impactos. Essas abordagens atendem a propósitos distintos, com a medição voltada para o gerenciamento contínuo e a avaliação direcionada à análise mais aprofundada dos efeitos das políticas (Feller, 2002; Perrin, 1998; Poister, 2015).

Alguns autores veem o monitoramento e a avaliação como processos complementares, usando ferramentas semelhantes para analisar eficácia e processos (McDavid et al., 2018; Poister, 2015). Outros rejeitam a distinção entre os conceitos, defendendo a integração de práticas avaliativas para aprimorar a medição de desempenho (Bernstein, 1999; Newcomer & Brass, 2016; Poister, 2015).

Nesta pesquisa, o monitoramento é entendido como uma atividade gerencial sistemática durante a execução de intervenções, que visa a acompanhar o progresso em relação a metas e resultados definidos, usando dados de gestão, conforme Ramos e Schabbach (2012). Para essas autoras, monitoramento e avaliação são complementares, sendo que as informações geradas pelo monitoramento são essenciais para avaliar a eficiência, eficácia e efetividade dos programas.

De forma semelhante, Jannuzzi (2014) destaca que monitoramento e avaliação são processos interdependentes que fornecem ao gestor público tanto informações sintéticas, por meio de indicadores-chave, quanto análises mais detalhadas obtidas por pesquisas avaliativas. Outrossim, enquanto a avaliação busca aprimorar a gestão, fornecer evidências e melhorar políticas ou programas, o monitoramento fornece a base sistemática de informações que sustenta o processo avaliativo (Souza & Costa, 2020).

Sistemas de monitoramento e avaliação (SM&A)

Apesar do grande volume de dados disponíveis, transformá-los em informações úteis para a gestão requer identificar processos-chave, desenvolver indicadores e criar painéis de monitoramento. Esse cenário reflete o “paradoxo da escassez na abundância”, em que os dados, embora abundantes, não são organizados ou compartilhados adequadamente (Jannuzzi, 2016, 2005).

Para que os dados do monitoramento sejam úteis, é essencial analisá-los em contextos comparativos, por exemplo, entre metas e resultados ou entre unidades operacionais (Poister, 2015). Modelos robustos e adaptáveis às realidades locais são preferíveis, demandando sistemas de monitoramento alinhados às necessidades das organizações, com flexibilidade para adaptar modelos existentes (Boullosa & Araújo, 2009).

Nesse sentido, as políticas públicas necessitam de SM&A ajustados às suas especificidades, que integrem a coleta, organização e disseminação de informações para aprimorar a gestão, garantindo transparência e evidências sobre sua eficácia (Jannuzzi, 2013; Maia & Assis, 2020). Tais sistemas fornecem dados confiáveis para otimizar a tomada de decisões, melhorar o desempenho dos programas e atender às demandas de órgãos governamentais, financiadores e do público (Poister, 2015).

Assim, os SM&A organizam informações dispersas e estruturam dados operacionais para atender às necessidades regulares de gestão e coordenação de

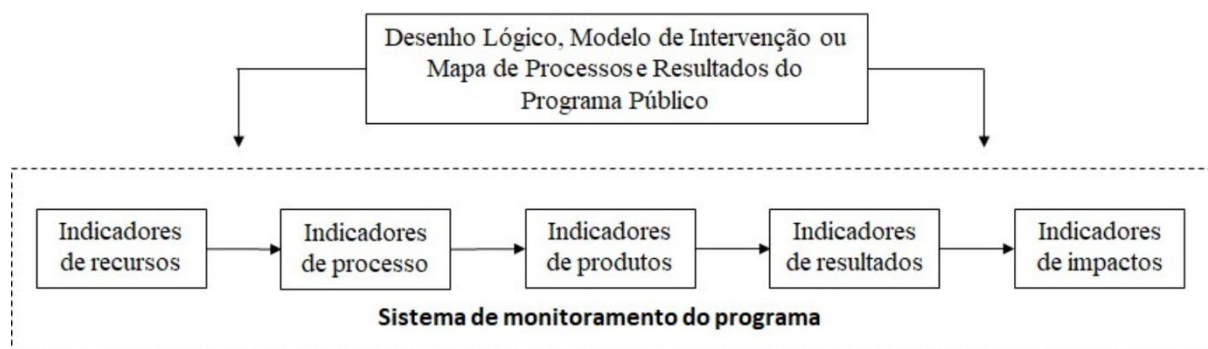
programas (Jannuzzi, 2016). Sob a ótica desse autor, a construção de SM&A está alicerçada em quatro elementos principais: (i) mapa de processos e resultados (MaPR); (ii) indicadores para monitorar os processos-chave; (iii) painéis de indicadores; e (iv) fontes de informação para o acompanhamento regular do programa.

Sistemas eficazes de monitoramento utilizam modelos lógicos de intervenção que refletem a estrutura do programa, permitindo a seleção de indicadores-chave com base nos dados gerados por sistemas de gestão (Jannuzzi, 2014). Esses modelos interpretam o programa como uma teoria de mudança, em que os resultados esperados são vinculados a ações específicas, analisando pressupostos e estratégias para sua validação (McLaughlin & Jordan, 2015).

O MaPR, nessa visão, é uma ferramenta metodológica que descreve de forma prática a relação entre insumos, processos e produtos, considerando o contexto operacional e as condições necessárias para alcançar os resultados e impactos sociais desejados (Jannuzzi, 2016). Ao compreenderem essa lógica, os gestores podem interpretar dados monitorados como indicadores de resultados reais, validando a eficácia do programa (Poister, 2015).

Embora compartilhe semelhanças com outras ferramentas, como o modelo lógico e o mapa estratégico, o MaPR diferencia-se por ser especificamente voltado para programas sociais complexos, orientando o *design* do sistema de monitoramento e pesquisas avaliativas (Jannuzzi, 2016). A Figura 1 ilustra essa abordagem.

FIGURA 1
Monitoramento como acompanhamento sistemático dos processos-chave, produtos e efeitos de programas



Fonte: Jannuzzi (2016).

Outro elemento fundamental para o monitoramento de programas públicos é o desenvolvimento de indicadores de desempenho e progresso da política, revisados periodicamente. Os indicadores finais avaliam os resultados e impactos do programa no bem-estar, enquanto os indicadores intermediários analisam os recursos empregados (*inputs*) e os produtos gerados (*outputs*) (Henry, 2001; Ramos & Schabbach, 2012; Thoenig, 2000).

Indicadores de desempenho são estimativas objetivas que avaliam, de forma indireta, a *performance* de entidades não mensuráveis diretamente (Jackson, 2011). Com a capacidade de quantificar elementos abstratos e sinalizar relevância, eles abrangem insumos, processos, entregas, eficiência e eficácia das políticas (Carter et al., 1993; Jackson, 2011; Lehtonen, 2015; Turnhout, 2009). Indicadores eficazes devem ser estratégicos e concisos, fornecendo informações organizadas que auxiliem na avaliação de recursos, processos e alcance do público-alvo, promovendo análises assertivas (Jannuzzi, 2014, 2016).

A taxa de evasão é amplamente utilizada na avaliação de políticas de permanência, mas estudos mais completos recomendam integrar indicadores de desempenho acadêmico e tempo de conclusão para uma análise mais abrangente dos resultados e impactos dessas ações (Silva & Sampaio, 2022). Bolsas financeiras, por exemplo, mitigam dificuldades econômicas, favorecem a dedicação dos alunos e promovem sua permanência, reduzindo a evasão (Silvente et al., 2018). Além disso, encurtar o tempo de conclusão beneficia estudantes, ao evitar perdas salariais, e instituições, ao reduzir custos operacionais (Erwin et al., 2021).

No âmbito do desempenho acadêmico, estudos apontam que ele vai além do coeficiente de rendimento, refletindo múltiplos fatores sociais, econômicos e pedagógicos (Silva, 2022). Vieira et al. (2017) destacam que condições sociais influenciam significativamente o desempenho, exigindo maior esforço de alunos com baixo *background* social. Contudo, uma vez atingida a média, esse esforço pode superar as desvantagens iniciais, demonstrando o potencial de políticas bem-estruturadas para promover a equidade educacional.

Nesse cenário, indicadores sociais, como taxa de evasão, frequência escolar e prazo de conclusão dos cursos, são fundamentais para traduzir conceitos abstratos em métricas práticas e projetar custos para controle estatal (Jannuzzi, 2005; Silva & Sampaio, 2022). A definição de indicadores é crucial, mas sua apresentação deve priorizar a comunicação clara e funcional, com ferramentas visuais como painéis e gráficos (Poister, 2015).

Finalmente, sistemas de monitoramento requerem dados diversificados, organizados e atualizados para gerar indicadores explicativos, essenciais ao planejamento, monitoramento e avaliação de programas, fortalecendo decisões técnico-políticas em todas as etapas do ciclo das políticas públicas (Jannuzzi, 2013, 2016).

Desafios para o monitoramento

A necessidade de monitorar o desempenho em programas sociais é amplamente reconhecida, mas o principal desafio reside na concepção e implementação de sistemas eficazes que forneçam informações relevantes sem causar discontinuidades ou efeitos indesejados (Poister, 2015). Esses sistemas devem não apenas gerar

conhecimento, mas disseminá-lo de forma acessível e adaptada a diferentes públicos, promovendo inovações graduais e transformações no programa (Jannuzzi, 2016).

Programas gerenciados em ambientes de rede, como o Pnaes nos IFs, apresentam desafios adicionais devido à descentralização, variações na implementação e níveis heterogêneos de comprometimento e capacidades entre os participantes (Frederickson & Frederickson, 2007; Poister, 2015). No caso da assistência estudantil, embora cada instituição possua autonomia para estruturar seus sistemas, a organização *multicampi* aumenta a complexidade do monitoramento, enquanto o Ministério da Educação (MEC), por sua vez, enfrenta o desafio de compreender a realidade do programa em todos os IFs.

Para superar essas dificuldades, Poister (2015) sugere sistemas híbridos que combinem métricas gerais obrigatórias com indicadores específicos adaptados a contextos locais, além de incentivar as entidades da rede a desenvolverem métricas próprias e compartilhem resultados. Ramos e Schabbach (2012) destacam que muitos programas enfrentam barreiras na avaliação, como a ausência de objetivos claros, indicadores de progresso e metas mensuráveis. Para superar esses desafios, recomendam incorporar a avaliação como prática contínua, criar sistemas de informação específicos e fortalecer os sistemas gerenciais já existentes.

Por fim, é essencial reconhecer as limitações dos sistemas de medição de desempenho, que, embora sejam úteis para levantar questões e orientar decisões, não substituem análises orçamentárias, avaliações holísticas ou uma gestão criativa e criteriosa, e devem ser integrados aos processos de gestão e tomada de decisão, com o entendimento de que seu principal objetivo é provocar reflexões, e não fornecer respostas definitivas (Hatry, 2006; Poister, 2015).

Do programa à política nacional de assistência estudantil em IFs

A assistência estudantil é composta de ações que visam a atender às necessidades acadêmicas, promovendo o sucesso dos estudantes, reduzindo desigualdades educacionais e prevenindo a evasão escolar (Gomes & Passos, 2018). No Brasil, essa política evoluiu de iniciativas pontuais para uma política pública consolidada nos anos 2000, influenciada por transformações sociopolíticas e seus impactos na educação superior (Dutra & Santos, 2017).

O Pnaes foi instituído pela Portaria Normativa n. 39, de 2007, e implementado em 2008, estabelecendo áreas de ação e servindo como referência para programas de assistência nas instituições federais de ensino superior (Ifes) (Imperatori, 2017). Em 2010, o Decreto n. 7.234 formalizou o Pnaes, conferindo-lhe *status* de política de governo com o objetivo de ampliar as condições de permanência dos jovens no ensino superior público federal, incluindo os IFs devido à sua atuação na oferta de educação superior (Taufick, 2014).

O art. 4 do Decreto prevê a inclusão dos IFs no Pnaes, respeitando suas especificidades e atuação em ensino, pesquisa e extensão, conferindo-lhes autonomia para estruturar suas próprias políticas de assistência (Gomes & Passos, 2018). Embora voltado principalmente para estudantes de graduação, o Pnaes incentivou os IFs a ampliarem iniciativas, apoiados pelo aumento de recursos da ação “2994 – Assistência ao Educando da Educação Profissional” (Taufick, 2014).

Como política pública, a assistência estudantil promove a permanência, especialmente de grupos historicamente vulneráveis, como por questões de cor e raça, dada a alta correlação entre pobreza e desigualdade social no Brasil (Araújo et al., 2019; Pinto, 2015). Para cumprir seu papel de inclusão e equidade, deve ser consolidada como uma política social pública, desvinculada de interesses governamentais que possam restringir seu alcance (Souza, 2017).

O debate sobre a permanência estudantil destaca suas múltiplas dimensões. A dimensão material inclui transporte, alimentação, acesso a materiais, internet, moradia e acessibilidade, enquanto a dimensão simbólica aborda aspectos culturais, pertencimento étnico-racial, social e de gênero, além da valorização da diversidade, fundamentais ao processo educacional (Daros, 2023).

Além dos fatores financeiros, a evasão e a retenção são influenciadas por questões como identificação com o curso, dificuldades acadêmicas, dilema trabalho-estudo e práticas avaliativas excludentes, cabendo à assistência estudantil uma abordagem integrada, que abrange funções sociais, pedagógicas e psicológicas, bem como atende a riscos socioassistenciais, como falta de moradia, violência familiar e envolvimento com drogas, em que equipes técnicas podem ser essenciais para o sucesso escolar (Figueiredo & Salles, 2017; Silva & Nogueira, 2016; Soares & Amaral, 2022; Taufick, 2014).

Ao analisar a taxa de evasão ciclo em 2023, isto é, o percentual de evadidos em relação às matrículas vinculadas a ciclos concluídos em 2022, verificou-se que os IFs registraram 41,9% de evasão nos cursos técnicos de nível médio e 55,88% nos cursos de graduação presenciais (MEC, 2024). Esses números comprometem as metas das estratégias 11.11 e 12.3 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, que visam a alcançar uma taxa de conclusão de 90% nesses cursos (Lei n. 13.005, 2014). Além de impactar negativamente a formação profissional, a alta evasão gera ociosidade de vagas e desperdício de recursos públicos (TCU, 2024).

A evasão também afeta diretamente o índice de eficiência acadêmica, que mede a taxa de conclusão média dos cursos. Em 2023, esse índice foi de 52,7% nos cursos técnicos e de 24,2% nos de graduação presencial, valores ainda muito distantes da meta estabelecida (MEC, 2024). Uma análise do período entre 2017 e 2022 revelou que as estratégias atuais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) têm sido insuficientes para enfrentar e mitigar a

evasão (TCU, 2024). Nesse contexto, torna-se essencial o fortalecimento de políticas institucionais de apoio pedagógico e de permanência estudantil que contribuam para reduzir desigualdades, garantindo equidade aos estudantes ao longo de suas trajetórias (Nierotka & Bonamino, 2023).

Estudos realizados em IFs e, em sua maioria, em universidades federais confirmam a importância da assistência estudantil para reduzir desigualdades socioeconômicas, promover a permanência dos estudantes e melhorar o desempenho acadêmico, evidenciando a efetividade do Pnaes nesse contexto (Araújo et al., 2019; Brito & Barbosa, 2017; Carvalho & Dias, 2021; Cespedes et al., 2021; Cruz et al., 2023; Damasceno, 2023; Julião et al., 2022; Macedo & Soares, 2020; Machado et al., 2020; Pereira & Passos, 2017).

No entanto, entre 2012 e 2022, enquanto as matrículas nos cursos de graduação da RFEPCT cresceram 105%, o orçamento da assistência estudantil aumentou apenas 58%, demonstrando o subfinanciamento crônico do Pnaes (TCU, 2024; Prada & Surdine, 2018). Apesar da expansão físico-territorial dos IFs nas duas primeiras décadas dos anos 2000, os serviços e estruturas de apoio não cresceram proporcionalmente, dificultando a integração entre políticas de acesso e permanência (Daros, 2019, 2023).

O TCU (2024) reforça que a falta de recursos, infraestrutura inadequada e transporte insuficiente, especialmente em áreas rurais, têm comprometido estratégias de permanência, contribuindo para a evasão. Essas questões evidenciam a necessidade de alinhar políticas de acesso a iniciativas de permanência para fortalecer a educação pública federal (Daros, 2023).

A Lei n. 14.914 (2024) ampliou as diretrizes do Pnaes, incluindo expressamente a educação profissional e tecnológica em seu escopo. Entre as mudanças, redefiniu a renda *per capita* prioritária de 1,5 para 1 salário-mínimo e criou o Sistema Nacional de Informações e de Controle, ainda não regulamentado. Os objetivos do Decreto n. 7.234 (2010) foram mantidos e ampliados para apoiar estudantes estrangeiros, estimular competições e iniciativas acadêmicas e promover formação, extensão e pesquisa. Acredita-se que essas mudanças representam um avanço significativo no fortalecimento da assistência estudantil, consolidando seu papel na promoção da equidade educacional e no apoio à permanência e ao sucesso dos estudantes no âmbito dos IFs.

DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Esta pesquisa, de natureza aplicada e abordagem qualitativa, buscou compreender o monitoramento das políticas de assistência estudantil em IFs a partir das percepções de gestores envolvidos diretamente no processo. Com um *design* flexível e

análise indutiva, a investigação partiu de temas específicos para alcançar conclusões mais amplas, considerando o contexto das instituições analisadas (Creswell & Creswell, 2021; Merriam & Tisdell, 2016). Utilizou-se o estudo de caso único/combinado como procedimento técnico de condução da pesquisa, por meio do qual se analisam múltiplas unidades dentro de um único caso – os IFs – por meio da coleta de dados em diversas fontes (Creswell, 2014; Merriam, 1998).

Quanto aos objetivos, a pesquisa enquadrou-se como descritiva, buscando analisar fenômenos para identificar frequências, conexões e características (Rampazzo, 2005), e exploratória, para aprofundar o conhecimento sobre o monitoramento da assistência estudantil no ambiente organizacional dos IFs (Lakatos & Marconi, 2003; Sampieri et al., 2013).

Os IFs, criados pela Lei n. 11.892 (2008), compõem a RFEPCT, junto com outras instituições, como o Colégio Pedro II e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), sendo apoiados e supervisionados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC). Com mais de 600 *campi* e autonomia administrativa e pedagógica, do quase 1,6 milhão de alunos atendidos pelos IFs em 2023, 46% estavam matriculados em cursos de qualificação profissional, 29% em cursos técnicos de nível médio e 20% em cursos de nível superior, incluindo bacharelados, licenciaturas e tecnologias (MEC, 2024). Logo, embora o Pnaes tenha foco no ensino superior, a maior parte do público dos IFs está no ensino técnico, evidenciando suas especificidades, reconhecidas pela recente Política Nacional de Assistência Estudantil, e a singularidade do caso analisado.

Foram selecionados cinco IFs, um de cada região do país, com base no critério de maior percentual de alunos com renda *per capita* de até 1,5 salário-mínimo, público prioritário do Pnaes (Decreto n. 7.234, 2010), em relação ao total geral de alunos da região. Essa diversidade de casos, como aponta Patton (2015), permite identificar padrões e experiências consistentes. As instituições selecionadas foram: (1) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), na região Sul; (2) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará (IFCE), na região Nordeste; (3) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), na região Norte; (4) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), na região Centro-Oeste; (5) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), na região Sudeste, representando os contextos regionais e contribuindo para os objetivos da pesquisa.

Os dados para seleção das unidades foram extraídos da Plataforma Nilo Peçanha (PNP),¹ em consulta realizada em 29 de agosto de 2024, com base no exercí-

1 Para mais informações, consultar: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>

cio de 2023, edição pública mais recente disponível (MEC, 2024). A escolha regional considerou a importância do território na formação e atuação dos IFs, prevista na Lei n. 11.892 (2008). Selecionar locais diversos para representar eventos semelhantes em contextos socioeconômicos distintos permite embasar conclusões em experiências coletivas, aumentando a confiabilidade do estudo (Yin, 2016).

No tocante à coleta de dados, utilizaram-se a entrevista semiestruturada e a pesquisa documental, técnicas que aprofundam opiniões e exploram registros para compreender fenômenos específicos (Gray, 2012; Cooper & Schindler, 2016). A combinação desses métodos permitiu uma abordagem ampla e holística, considerando que nenhum instrumento isolado é totalmente abrangente (Vieira Abrahão, 2006).

Foram realizadas entrevistas com cinco gestores responsáveis pela assistência estudantil nas reitorias dos IFs com duração média de 1 hora, gravadas e transcritas para análise. Essas entrevistas estão aqui denominadas como: Ent. 1, Ent. 2, Ent. 3, Ent. 4 e Ent. 5. Antes das entrevistas, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O roteiro, estruturado com base na literatura e estudos anteriores (Brito, 2018; Eloi, 2018; Lima, 2023), incluiu seis blocos temáticos: contextualização e estrutura, áreas de aplicação, divulgação e seleção, monitoramento e avaliação, resultados e sugestões de melhoria. A pesquisa documental analisou regulamentos da assistência estudantil e os planos de desenvolvimento institucional (PDI), acessados nos portais institucionais das cinco instituições investigadas.

A análise qualitativa foi realizada utilizando técnicas de análise de conteúdo e documental, com suporte do *software* Atlas.ti, que facilitou a organização, codificação temática dos dados e análises adicionais, como frequência de palavras e mineração de opiniões. Com base em Bardin (2011) e Creswell e Creswell (2021), o protocolo de análise seguiu três etapas principais: (i) pré-análise, incluindo a transcrição das entrevistas e seleção dos documentos; (ii) exploração do material, com 380 citações agrupadas em 149 códigos, formando as unidades de registro e contexto; e (iii) tratamento dos resultados, gerando seis categorias de análise alinhadas aos objetivos do estudo.

A triangulação por complementariedade integrou diferentes fontes de dados, ampliando a validade interna e a confiabilidade (Flick, 2009; Merriam & Tisdell, 2016). Essa estratégia possibilitou a comparação, validação cruzada e análise de convergências e divergências entre os relatos dos gestores, os dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), os registros documentais (PDI e regulamentos) e o referencial teórico, incluindo achados do TCU (2024) e estudos contemporâneos sobre monitoramento.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise de conteúdo das entrevistas, realizada com o apoio do *software* Atlas.ti, contemplou a extração e codificação dos textos, ensejando a criação de seis categorias de análise alinhadas à questão de pesquisa, aos objetivos específicos e ao referencial teórico adotado (Graven & Lerman, 2003), conforme a Figura 2.

FIGURA 2
Categorias de análise



Fonte: Elaboração dos autores.

A análise inicial focou compreender a operacionalização das políticas de assistência estudantil nas instituições, evidenciando uma predominância no pagamento de auxílios financeiros aos estudantes. Por outro lado, observou-se uma diversidade nas estratégias de execução, tanto nos tipos de auxílios oferecidos quanto nos fluxos processuais, corroborando os achados de Gomes e Passos (2018) e Taufick (2014). Entre os tipos de auxílios financeiros praticados pelas instituições, identificados tanto nas entrevistas quanto nos regulamentos da assistência estudantil analisados, estão: permanência, moradia, alimentação, didático-pedagógico, discentes mães/pais, emergencial, formação, inclusão digital, transporte e auxílio visita/viagem técnica.

A atuação territorial dos IFs, orientada pela Lei n. 11.892 (2008), reflete sua preocupação em atender às demandas sociais e às especificidades regionais, o que contribui para a diversidade nos tipos de auxílios oferecidos, inclusive entre unidades de uma mesma instituição. Conforme destacado pela Ent. 2, os *campi* definem os auxílios com base em suas necessidades específicas, considerando a realidade local.

A oferta de alimentação escolar nos IFs varia amplamente devido a modelos distintos de execução, como auxílios financeiros, produção própria nos *campi*, refeições terceirizadas ou modelos híbridos. Enquanto algumas instituições oferecem três refeições diárias, outras se limitam a lanches. Essa diversidade é influenciada por limitações orçamentárias, infraestrutura inadequada e falta de nutricionistas, dificultando o atendimento universal. O IFCE, por exemplo, prioriza alunos do ensino médio devido à obrigatoriedade legal, embora reconheça a necessidade de ampliar o atendimento para outros níveis de ensino, mas esbarra na insuficiência de recursos (Ent. 2).

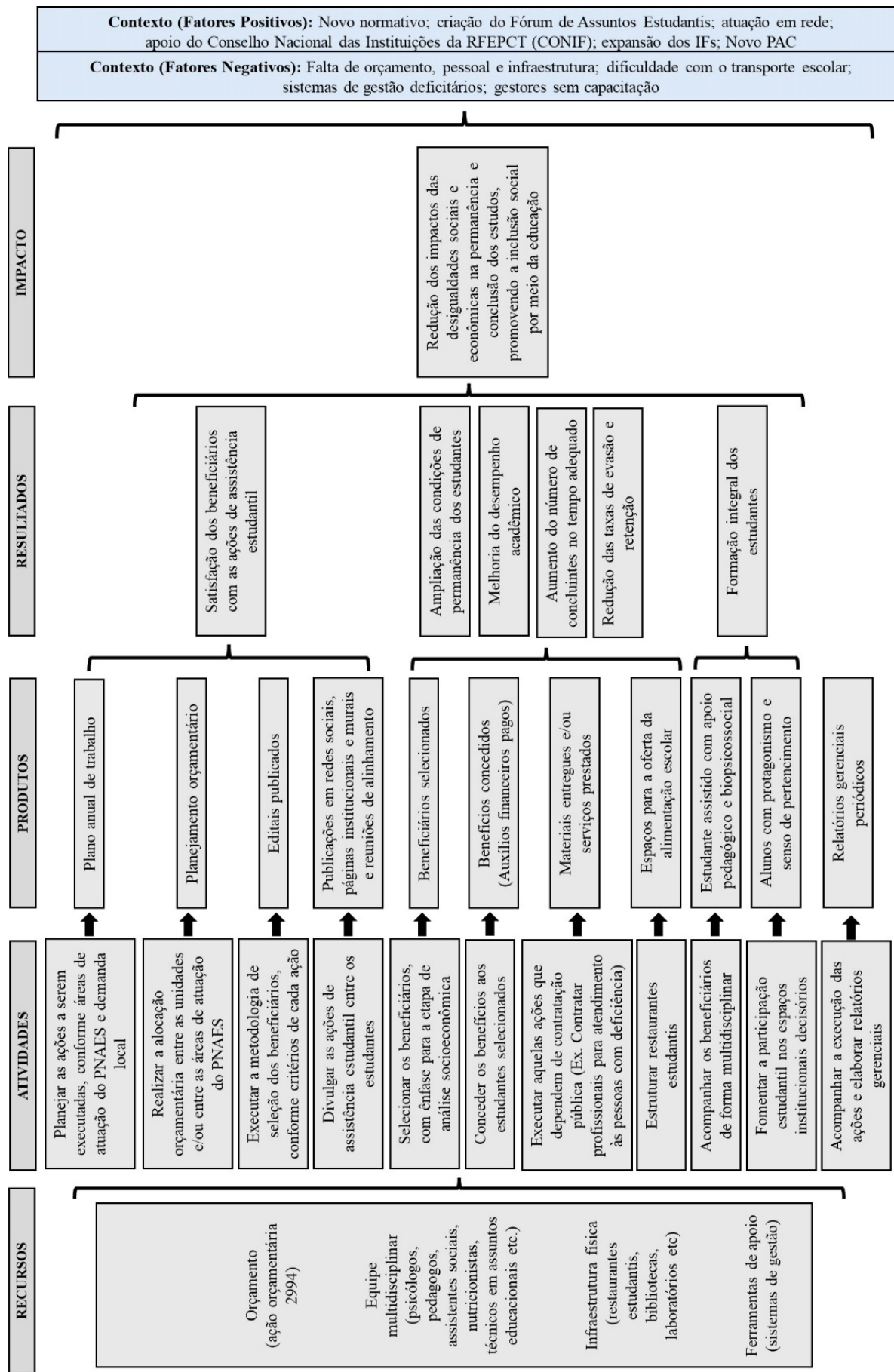
O IFSULDEMINAS, por sua vez, destaca-se por sua política de alimentação abrangente, garantindo refeições para estudantes do ensino técnico à graduação. Nos cursos superiores, a alimentação é paga, mas alunos em vulnerabilidade econômica recebem um auxílio financeiro maior. Em três *campi*, o custo é parcialmente subsidiado, enquanto nos demais aplica-se o valor integral para alunos não vulneráveis que cursam o nível superior. A instituição planeja implementar o “passe livre” para estudantes vulneráveis da educação superior, oferecendo subsídios aos demais (Ent. 5).

Outro achado da pesquisa diz respeito ao transporte escolar, apontado pelas cinco instituições como um dos principais desafios, devido à ausência de uma política específica para os IFs. A Ent. 3 destacou que as dificuldades são particularmente graves em áreas onde não há ônibus circulares ou o deslocamento até os *campi* é longo e complicado, como em Campo Grande. Ela ressaltou que muitos estudantes enfrentam problemas mesmo com o auxílio permanência de duzentos reais, que é insuficiente para cobrir transporte, alimentação e materiais, reforçando a urgência de se estabelecer uma política de transporte escolar para os alunos dos IFs.

Para mitigar o problema, as instituições buscam apoio das prefeituras, embora enfrentem dificuldades devido à incompatibilidade de calendários escolares e ao entendimento de que a responsabilidade seria da União. Esses desafios refletem os achados do TCU (2024), que apontam a falta de recursos para alimentação e transporte e deficiências na infraestrutura como fatores críticos para a evasão na RFEPCT, de modo que as estratégias atualmente empregadas pelas instituições são insuficientes para enfrentar esse problema.

Embora a alimentação e o transporte escolar sejam o centro do debate, por representarem condições básicas para a permanência dos alunos, é importante destacar que a preocupação com a formação integral dos estudantes também se reflete nas falas dos gestores e nos regulamentos das instituições. Essa abordagem vai além do pagamento de auxílios financeiros, alinhando-se à dimensão simbólica da assistência estudantil defendida por Daros (2023). A Figura 3, elaborada com apoio do Atlas.ti, ilustra as palavras mais recorrentes sobre esse tema nas entrevistas e nos documentos analisados.

FIGURA 4
Mapa de processos e resultados do Pnaes



Fonte: Elaboração dos autores.

As atividades mapeadas evidenciaram uma diversidade de fluxos processuais, assim como foi verificado nas estratégias de execução das ações. Na seleção de beneficiários, por exemplo, o IFRS utiliza um edital modelo para todas as unidades, flexível às especificidades locais, e adota um auxílio único, o Auxílio Permanência. Já o IFMS publica dois editais via reitoria: um para alunos veteranos e outro para os ingressantes, oferecendo auxílios separados, como transporte, alimentação e permanência.

Boas práticas identificadas nos IFs estudados podem ser replicadas para aprimorar a assistência estudantil. O IFRS, por exemplo, integrou seu sistema ao CadÚnico, facilitando a identificação automática de estudantes vulneráveis pelo CPF, dispensando documentação adicional nos editais de seleção. Já o IFSULDEMINAS implementará, em 2025, editais em fluxo contínuo, permitindo solicitações a qualquer momento conforme o orçamento disponível, além de criar, em 2023, um Comitê de Assuntos Estudantis com 30% de representação discente para apoiar o planejamento e a gestão de recursos. O IFCE desenvolveu ferramentas estratégicas, como o Observatório da Assistência Estudantil e painéis que auxiliam na gestão e no planejamento.

Acerca do contexto de operação das ações, a expansão dos IFs foi identificada como um fator positivo, pois amplia o acesso à educação e promove a inclusão social. No entanto, sem a correspondente ampliação de políticas de permanência, esse avanço pode perder sua efetividade e contribuir para o aumento da evasão escolar. O mesmo ocorre com a efetividade da nova Política Nacional de Assistência Estudantil, que prevê diversos programas, mas cuja implementação depende de aumento orçamentário (Ent. 4 e 5).

O mapeamento de processos e resultados do Pnaes nas cinco instituições analisadas destaca a abrangência, pluralidade e complexidade das ações de assistência estudantil, evidenciando a urgência de um sistema estruturado de monitoramento para avaliar resultados, acompanhar atividades e subsidiar melhorias nas políticas, fortalecendo seu impacto na permanência e no sucesso acadêmico.

Após compreender o funcionamento do programa, a análise seguinte concentrou-se no processo de monitoramento das políticas de assistência, principal foco deste estudo. Da Tabela 1 constam as principais unidades de registro e de contexto que compõem a categoria de análise referente ao monitoramento e avaliação.

TABELA 1
Principais unidades de registro e de contexto: Categoria monitoramento e avaliação

UNIDADES DE REGISTRO	UNIDADES DE CONTEXTO
Ausência de um monitoramento estruturado	<i>"O monitoramento hoje é o nosso grande desafio. A gente ainda não conseguiu avançar."</i>
	<i>"Não acompanhamos adequadamente o quanto o aluno que recebe o benefício realmente se mantém e isso tem me incomodado."</i>
	<i>"O nosso monitoramento ainda é bastante frágil e funciona de forma reativa, em resposta às solicitações de órgãos de controle, não é algo regular."</i>
Ferramentas e práticas de monitoramento	<i>"O que a gente já fez foram fóruns de avaliação com os estudantes."</i>
	<i>"O Observatório da Assistência Estudantil e o Painel de Orçamento são ferramentas de acompanhamento das ações executadas pelos campi."</i>
	<i>"Temos relatórios sobre alunos atendidos, recursos gastos e ações realizadas, mas faltam análises mais aprofundadas sobre a trajetória dos beneficiários."</i>
	<i>"Um campus tem uma equipe que monitora frequência e desempenho dos beneficiários, enquanto outro elabora relatórios semestrais detalhando evasão e retenção entre beneficiários."</i>
Desafios para o monitoramento	<i>"A falta de pessoal dedicado ao processo de monitoramento das políticas de assistência estudantil impede sua implantação."</i>
	<i>"A ausência de profissionais capacitados e a falta de conexão entre os diversos sistemas dificultam a consolidação de uma rotina eficiente de monitoramento."</i>
	<i>"A falta de critérios claros sobre quais indicadores monitorar, assim como a dificuldade de conscientizar a equipe sobre a importância do monitoramento."</i>

Fonte: Elaboração dos autores.

A análise dos dados evidencia a ausência de um monitoramento estruturado e sistemático das políticas de assistência estudantil nos cinco IFs estudados, apesar de serem as instituições com a maior demanda de assistência estudantil de cada região do país, devido ao perfil do público atendido.

Embora existam ferramentas como o Observatório da Assistência Estudantil, o Painel de Orçamento e o Sistema de Pagamento interoperável ao Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (Siga), sua eficácia é limitada por desafios estruturais e operacionais, como a falta de pessoal capacitado, a desconexão entre sistemas e a ausência de critérios claros para indicadores-chave. Essa última lacuna é evidente tanto no Decreto que instituiu o Pnaes quanto nos regulamentos das instituições e na nova Lei da Política Nacional de Assistência Estudantil, que prevê um Sistema Nacional de Informações e Controle, mas ainda sem detalhamento suficiente.

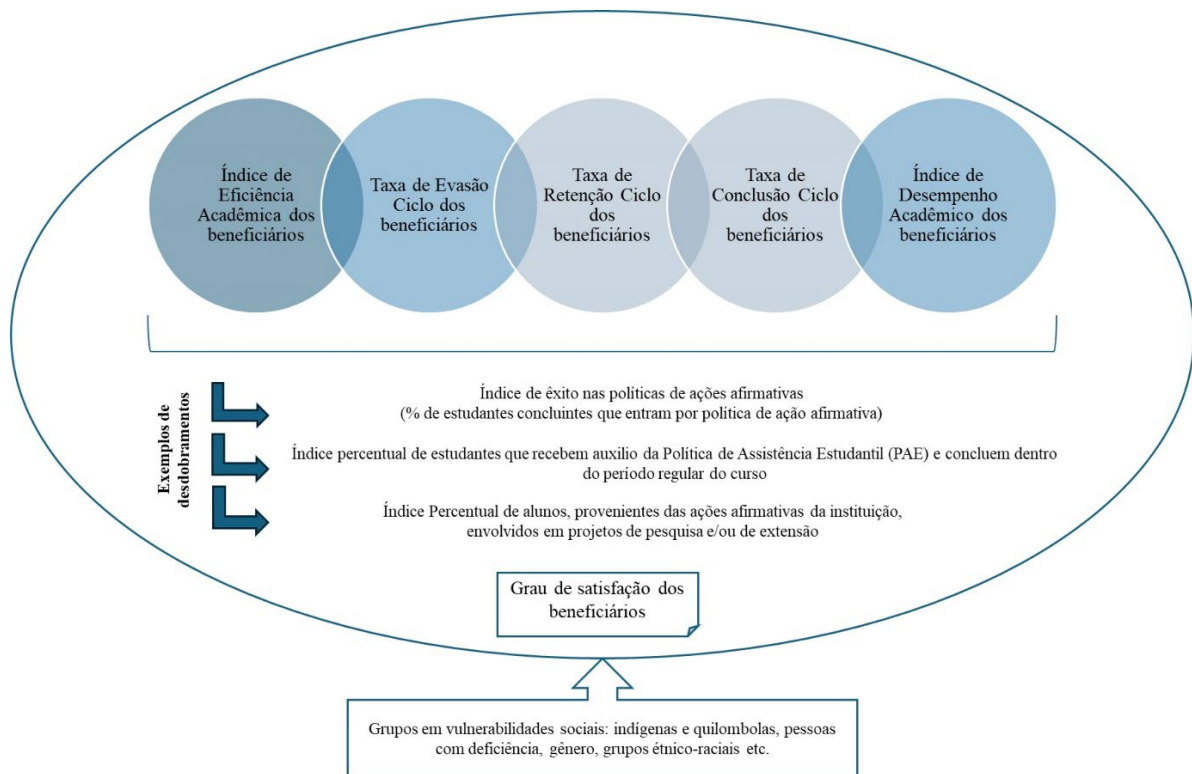
Essas ferramentas identificadas podem ser classificadas como painéis de informações, representando o terceiro dos quatro elementos destacados pela literatura como fundamentais para a construção de SM&A. No entanto, para que esses painéis cumpram sua finalidade de forma significativa, é essencial contar com informações relevantes, especialmente na forma de indicadores bem-definidos e consistentes. Esses indicadores devem ser adequadamente estruturados para alimentar os painéis, possibilitando o acompanhamento regular e eficaz dos programas e ações.

A sobrecarga na entrada de dados, sem reaproveitamento eficiente das informações, e a dificuldade em realizar análises aprofundadas sobre a trajetória dos beneficiários comprometem decisões estratégicas. Segundo a Ent. 2, “*a gente tem muito dado, mas trata pouco esses dados*”, exemplificando o “paradoxo da escassez na abundância” (Jannuzzi, 2016). As entrevistas destacam ainda a necessidade de conscientizar as equipes sobre a relevância do monitoramento, muitas vezes visto apenas como exigência de órgãos de controle. A Ent. 4 defende priorizar a avaliação do impacto das políticas na permanência e sucesso dos estudantes, em detrimento do foco em auditorias.

Na busca por indicadores-chave para um sistema de monitoramento eficaz, constatou-se que, apesar da ausência de um monitoramento sistemático, o PDI das unidades investigadas apresenta indicadores relacionados à assistência estudantil. O IFMS, por exemplo, conta com um detalhado *Manual de Indicadores do PDI 2024-2028*, abrangendo perspectivas de estudantes, servidores, gestão e infraestrutura. Por outro lado, o IFCE optou por utilizar os indicadores definidos pela Setec/MEC, em vez de criar indicadores próprios, argumentando que essa escolha facilita comparações entre IFs, fomenta a troca de boas práticas, simplifica a coleta de dados e permite focar a análise dos resultados.

Nesse sentido, cinco indicadores principais foram identificados como recorrentes nos documentos institucionais e nas entrevistas, sendo fundamentais para a construção de diretrizes nacionais, tendo em vista seu alinhamento com os objetivos das políticas de assistência estudantil. A Figura 5 apresenta esses achados, com foco nos indicadores finais, isto é, diretamente ligados ao alcance dos resultados esperados (Henry, 2001; Ramos & Schabbach, 2012; Thoenig, 2000).

FIGURA 5
Indicadores-chave de resultados



Fonte: Elaboração dos autores.

Segundo o Guia de Referência Metodológica da Plataforma Nilo Peçanha (MEC, 2020), a taxa de conclusão ciclo calcula o percentual de concluintes em relação às matrículas de ciclos concluídos no ano anterior ao de referência; a taxa de evasão ciclo mede o percentual de evadidos nas mesmas condições; e a taxa de retenção ciclo avalia o percentual de matriculados retidos por ultrapassarem o prazo previsto de integralização do curso, acrescido de um ano. Já o índice de eficiência acadêmica estima a taxa média de conclusão, incluindo estudantes retidos que finalizam os cursos posteriormente.

Esses quatro indicadores já estão disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha, contudo a falta de dados segregados e específicos sobre os beneficiários das ações de assistência estudantil e os estudantes oriundos de ações afirmativas, por exemplo, compromete a efetividade do monitoramento. Tais informações são indispensáveis para desenvolver um sistema de acompanhamento bem-estruturado, capaz de avaliar com precisão os resultados e impactos dessas políticas.

O índice de desempenho acadêmico ainda carece de discussões entre as instituições para definir sua mensuração, pois não está institucionalizado. Embora frequentemente associado às notas nas disciplinas, ele abrange dimensões simbólicas da assistência estudantil que precisam ser consideradas. Assim, estudos como os de Vieira et al. (2017) e Silva (2022) podem subsidiar essas reflexões e definições.

Os cinco indicadores-chave apresentados estão diretamente relacionados ao conceito de “mapeamento da trajetória acadêmica”, definido pelo IFRS em seu PDI. Esse mapeamento abrange métricas como taxas de aprovação, retenção, evasão, trancamentos, cancelamentos, concluintes no tempo regular, transferências, extração do tempo de integralização, frequência às aulas, médias de notas e participação dos estudantes em diferentes espaços institucionais, sendo essas informações estratégicas para o acompanhamento dos programas e ações.

A escolha desses indicadores está alinhada à literatura, que aponta o índice de evasão como o mais utilizado para monitorar políticas de permanência, enquanto ressalta que a conclusão no tempo regular e o desempenho acadêmico são fatores cruciais a serem analisados (Silva & Sampaio, 2022). Esses índices permitem desdobramentos para avaliar o resultado e o impacto das ações. O PDI do IFMS, por exemplo, inclui indicadores como o percentual de estudantes com auxílio que concluem no tempo regular e o índice de êxito em ações afirmativas, medindo o percentual de alunos que ingressaram por essas ações e concluíram sua formação.

Além dessas ramificações, a segmentação das informações por grupos em situação de vulnerabilidade social, bem como a avaliação do grau de satisfação dos beneficiários, como sugerido pelos entrevistados, são passos fundamentais para um planejamento mais assertivo e estratégias de intervenção eficazes.

Para encerrar esta seção de resultados e discussões, as entrevistas finalizaram com o pedido de sugestões para o aprimoramento das ações de assistência estudantil em IFs. A Tabela 2 apresenta as oito sugestões mais recorrentes, organizadas por temas principais.

TABELA 2
Sugestões para o aprimoramento da assistência estudantil nos IFs

TEMAS PRINCIPAIS	SUGESTÕES
Infraestrutura e gestão institucional	Estruturar pró-reitorias de assuntos estudantis e ampliar o quadro de pessoal nas instituições
	Criar sistema unificado da assistência estudantil, inspirado no modelo do Programa “Pé de Meia”
	Criar estrutura específica na Setec/MEC dedicada às políticas de assistência estudantil
Orçamento	Ampliar o orçamento da assistência estudantil
	Criar rubricas específicas para alimentação e transporte escolar na RFEPECT
Políticas públicas e governança	Fomentar o diálogo entre diferentes políticas públicas
	Elaborar diretrizes nacionais para o monitoramento das ações
Planejamento estratégico e padronização	Debater o espaço da assistência estudantil na RFEPECT
	Estabelecer padronização mínima das ações de assistência estudantil, respeitando as especificidades

Fonte: Elaboração dos autores.

A discussão sobre diretrizes gerais pela Setec/MEC para o monitoramento da assistência estudantil nos IFs destacou a necessidade de a Secretaria reconhecer a importância dessa área. Apontou-se a ausência de uma Diretoria de Assuntos Estudantis na estrutura organizacional, que permita um diálogo direto sobre políticas de assistência estudantil com as instituições e a criação de diretrizes efetivas (Ent. 5).

Foi sugerida também a criação de um sistema unificado de monitoramento, capaz de suprir a carência de ferramentas e recursos nas instituições, além de se estabelecer um padrão mínimo entre elas. Ressaltou-se que a Setec/MEC deve não apenas exigir o monitoramento, mas também fornecer os meios necessários para a coleta e análise de dados (Ent. 3). Esse desafio, abordado por Poister (2015), reflete as dificuldades em desenvolver sistemas de monitoramento em ambientes de rede, sendo a solução de implantar sistemas híbridos sugerida pelo autor, uma abordagem especialmente viável para os IFs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito teórico, esta pesquisa amplia o entendimento sobre o monitoramento das políticas de assistência estudantil em IFs, ao explorar a realidade das cinco regiões do país e abordar a lacuna existente entre a implementação dessas ações e sua avaliação. O estudo potencializa a compreensão dos principais desafios que têm dificultado o estabelecimento de um monitoramento eficaz e aponta perspectivas para o avanço dessa prática. Além disso, oferece um referencial robusto para futuras investigações, destacando a necessidade de sistemas estruturados que integrem monitoramento e avaliação como ferramentas indispensáveis à gestão de políticas públicas.

Em termos práticos, os resultados fornecem contribuições significativas para o aprimoramento das políticas de assistência estudantil nos IFs, evidenciando boas práticas replicáveis, como a integração com o CadÚnico e a criação de painéis estratégicos de gestão. A pesquisa também identificou lacunas críticas, como a falta de pessoal capacitado e de sistemas integrados de monitoramento, propondo soluções concretas, como a definição de indicadores claros e a institucionalização de diretrizes nacionais coordenadas pela Setec/MEC. Recomenda-se, assim, a implementação de uma estrutura mínima padronizada para o monitoramento, promovendo comparabilidade entre instituições, troca de boas práticas e otimização de recursos, com a flexibilidade necessária para atender às especificidades locais.

Conclui-se que, apesar da ausência de sistemas estruturados nas instituições e do foco pontual em demandas de controle, o PDI apresenta indicadores promissores, sugerindo um potencial para avanços, assim como os gestores entrevistados

demonstraram um forte desejo institucional de consolidar estruturas eficazes de monitoramento. Entre as limitações do estudo, destacam-se a análise restrita a cinco IFs e a ausência da perspectiva dos beneficiários. Futuras pesquisas podem ampliar o escopo, incluindo mais IFs, beneficiários e outros atores, além de explorar correlações entre indicadores-chave e resultados educacionais.

Diante disso, os resultados desta pesquisa fornecem uma base inicial para o diagnóstico das ações de monitoramento nos IFs, contribuindo para o desenvolvimento de instrumentos que otimizem a tomada de decisões e evidenciem o impacto positivo das políticas de assistência estudantil como ferramenta essencial para a inclusão social e equidade educacional, fornecendo subsídios para decisões estratégicas baseadas em evidências e fortalecendo a eficácia das políticas públicas em benefício dos estudantes.

REFERÊNCIAS

- Araújo, S. A. de L., Andriola, W. B., Cavalcante, S. M. de A., & Chagas, D. M. M. (2019). Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 24(3), 722-743. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772019000300009>
- Arretche, M. T. S. (2013). Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, 1(1), 126-133. <https://www.revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/64>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Almedina.
- Bernstein, D. J. (1999). Comments on Perrin's "effective use and misuse of performance measurement". *The American Journal of Evaluation*, 20(1), 85-93. [https://doi.org/10.1016/S1098-2140\(99\)80110-6](https://doi.org/10.1016/S1098-2140(99)80110-6)
- Boullosa, R. de F., & Araújo, E. T. de. (2009). *Avaliação e monitoramento de projetos sociais*. Iesde Brasil.
- Brito, A. C. T. da C. (2018). *Institucionalização de uma política de monitoramento do Programa Bolsa Permanência da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados]. Repositório Institucional da UFGD. <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/979>
- Brito, A. C. T. da C., Costa, A. K. T. da, & Almeida, V. L. de. (2019). Gestão universitária: Políticas comparadas de monitoramento do Programa Bolsa Permanência em universidades federais brasileiras. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 14(esp. 3), 1862-1875. <https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.3.13036>
- Brito, L. da S., & Barbosa, A. (2017). Programa de auxílio moradia em uma unidade acadêmica de uma universidade de Pernambuco: Uma avaliação na perspectiva dos(as) discentes beneficiados. *Revista On Line de Política e Gestão Educacional*, 21(1), 125-145. <https://doi.org/10.22633/rpge.v21.n1.2017.9989>
- Carter, N., Day, P., & Klein, R. (1993). *How organisations measure success: The use of performance indicators in government*. Routledge.
- Carvalho, E. R., & Dias, M. S. de L. (2021). A assistência estudantil no IFPR: A construção de um objeto de estudo. *Cadernos Cajuína*, 6(3), 21-35. <https://doi.org/10.52641/cadcaj.v6i3.490>

- Cespedes, J. G., Minhoto, M. A. P., Oliveira, S. C. P. de, & Rosa, A. da S. (2021). Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 29(113), 1067-1091. <https://doi.org/10.1590/S0104-403620210002902418>
- Colen, F. R. C., Brandão, C. da F., Silva, I. P. C. da, & Jardim, L. C. J. G. (2024). Uma perspectiva histórica da assistência estudantil nos Institutos Federais: IFRO – Campus Porto Velho Zona Norte. *Caderno Pedagógico*, 21(6), Artigo e5026. <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n6-179>
- Cooper, D. R., & Schindler, P. S. (2016). *Métodos de pesquisa em administração* (12ª ed.). McGraw Hill Brasil.
- Creswell, J. W. (2014). *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: Escolhendo entre cinco abordagens* (3ª ed.). Penso.
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2021). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Penso.
- Cruz, S. C. N., Teixeira, G. da S., Freitas, T. A. de, & Barbosa, M. N. (2023). Impacto dos programas institucionais sobre desempenho acadêmico na FURG. *Estudos em Avaliação Educacional*, 34, Artigo e08747. <https://doi.org/10.18222/ea.v34.8747>
- Damasceno, K. M. (2023). Programa de assistência estudantil e sua contribuição para programa de ação afirmativa. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, 1(23), Artigo e12430. <https://doi.org/10.15628/rbept.2023.12430>
- Daros, M. A. (2019). *#falaestudante! Um estudo sobre o legado da expansão dos Institutos Federais aos seus estudantes* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUC-SP. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/22881>
- Daros, M. A. (2023). Expansão para quem? Institutos Federais e acesso à educação em perspectiva. *Serviço Social & Sociedade*, 146(3), Artigo e6628346. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.346>
- Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. (2010). Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm
- Dutra, N. G. dos R., & Santos, M. de F. de S. (2017). Assistência estudantil sob múltiplos olhares: A disputa de concepções. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 25(94), 148-181. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017000100006>
- Eloi, S. de S. S. (2018). *Sistema de monitoramento e avaliação do programa nacional de assistência estudantil – Pnaes: Um modelo a partir da teoria do programa* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Viçosa]. Locus UFV. <http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/22202>
- Erwin, C., Binder, M., Miller, C., & Krause, K. (2021). Performance-based aid, enhanced advising, and the income gap in college graduation: Evidence from a randomized controlled trial. *Educational Evaluation and Policy Analysis*, 43(1), 134-153. <https://doi.org/10.3102/0162373720979180>
- Feller, I. (2002). Performance measurement redux. *The American Journal of Evaluation*, 23(4), 435-452. [https://doi.org/10.1016/S1098-2140\(02\)00231-X](https://doi.org/10.1016/S1098-2140(02)00231-X)
- Figueiredo, N. G. da S., & Salles, D. M. R. (2017). Educação profissional e evasão escolar em contexto: Motivos e reflexões. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 25(95), 356-392. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017002500397>
- Flick, U. (2009). *Qualidade na pesquisa qualitativa*. Artmed.
- Frederickson, D. G., & Frederickson, H. G. (2007). *Measuring the performance of the hollow state*. Georgetown University Press.

- Gomes, A. M. de O., & Passos, G. de O. (2018). A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) nos institutos federais. *Revista de Políticas Públicas*, 22(1), 416-442. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p415-442>
- Graven, M., & Lerman, S. (2003). Wenger, E. (1998) – Communities of practice: Learning, meaning and identity. *Journal of Mathematics Teacher Education*, 6, 185-194. <https://doi.org/10.1023/A:1023947624004>
- Gray, D. E. (2012). *Pesquisa no mundo real* (2ª ed.). Penso.
- Hatry, H. P. (2006). *Performance measurement: Getting results* (2ª ed.). Urban Institute Press.
- Henry, G. T. (2001). How modern democracies are shaping evaluation and the emerging challenges for evaluation. *American Journal of Evaluation*, 22(3), 419-429. <https://doi.org/10.1177/109821400102200320>
- Imperatori, T. K. (2017). A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. *Serviço Social & Sociedade*, (129), 285-303. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.109>
- Jackson, P. M. (2011). Governance by numbers: What have we learned over the past 30 years? *Public Money & Management*, 31(1), 13-26. <https://doi.org/10.1080/09540962.2011.545542>
- Jannuzzi, P. de M. (2005). Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, 56(2), 137-160. <https://doi.org/10.21874/rsp.v56i2.222>
- Jannuzzi, P. de M. (2013). Sistema de monitoramento e avaliação de programas sociais: Revisitando mitos e recolocando premissas para sua maior efetividade na gestão. *Revista Brasileira de Avaliação*, 5, 4-27. <http://dx.doi.org/10.4322/rbma201305002>
- Jannuzzi, P. de M. (2014). Avaliação de programas sociais: Conceitos e referenciais de quem a realiza. *Estudos em Avaliação Educacional*, 25(58), 22-42. <https://doi.org/10.18222/eae255820142916>
- Jannuzzi, P. de M. (2016). *Monitoramento e avaliação de programas sociais: Uma introdução aos conceitos e técnicas*. Alínea.
- Jannuzzi, P. de M., Silva, M. R. F. M., Sousa, M. A. de F., & Resende, L. M. (2009). Estruturação de sistemas de monitoramento e especificação de pesquisas de avaliação, os problemas dos programas públicos no Brasil são. In C. Franzese, C. Anjos, D. Ferraz, F. L. Abrucio, G. N. Cheli, G. M. B. P. Melo, J. Vaistman, J. L. D. Nehmé, L. Santoni, M. G. da Silva, M. Rubio, P. Yanes, S. Nahas, P. de M. Jannuzzi, & R. P. Sousa, *Reflexões para Ibero-América: Avaliação de programas sociais* (pp. 101-138). Enap. <https://bibliotecadigital.enap.gov.br/bitstream/1/693/1/Reflex%C3%B5es%20para%20Ibero-Am%C3%A9rica%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20Programas%20Sociais.pdf>
- Julião, C. R. F., Pereira, L. I., & Ferreira, M. A. M. (2022). O impacto do Programa Nacional de Assistência Estudantil no desempenho dos discentes brasileiros de baixa renda. *Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL*, 15(1), 203-225. <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2022.e84021>
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos da metodologia científica* (5ª ed.). Atlas.
- Lehtonen, M. (2015). Indicators: Tools for informing, monitoring or controlling? In A. J. Jordan, & J. R. Turnpenny (Ed.), *The tools of policy formulation: Actors, capacities, venues and effects* (pp. 76-99). Edward Elgar Publishing.
- Lei n. 11.892, de 28 de dezembro de 2008. (2008). Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm

- Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. (2014). Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm
- Lei n. 14.914, de 3 de julho de 2024. (2024). Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm
- Lima, W. A. S. (2023). *Elementos avaliativos de políticas públicas na implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil nos institutos federais brasileiros* [Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Institucional da UFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36798>
- Lima, W. A. S., & Mendes, V. L. P. S. (2020). Estudos sobre a avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil à luz das múltiplas abordagens teórico-metodológicas. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 25(1), 199-218. <https://doi.org/10.1590/S1414-407720200001000011>
- Macedo, G. D., & Soares, S. de P. L. (2020). Avaliação da eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil para permanência de cotistas na Universidade Federal da Paraíba. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 25(2), 439-457. <https://doi.org/10.1590/S1414-4077/S1414-40772020000200011>
- Machado, G. C., Oliveira, C. A. de, & Freitas, T. A. de. (2020). Avaliação do impacto dos benefícios de assistência estudantil sobre o desempenho acadêmico: O caso da Universidade Federal do Rio Grande. *Planejamento e Políticas Públicas*, (55), 27-60. <https://doi.org/10.38116/ppp55art2>
- Maia, T. P., & Assis, M. A. de. (2020). Utilização do monitoramento da Política de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*, 54(3), 545-560. <https://doi.org/10.1590/0034-761220190058>
- McDavid, J. C., Huse, I., & Hawthorn, L. R. (2018). *Program evaluation and performance measurement: An introduction to practice*. Sage Publications.
- McLaughlin, J. A., & Jordan, G. B. (2015). Using logic models. In K. E. Newcomer, H. P. Hatry, & J. S. Wholey (Eds.), *Handbook of practical program evaluation* (pp. 62-87). Jossey-Bass. <https://doi.org/10.1002/9781119171386.ch3>
- Merriam, S. B. (1998). *Qualitative research and case study applications in education*. Jossey-Bass.
- Merriam, S. B., & Tisdell, E. J. (2016). *Qualitative research: A guide to design and implementation* (4th ed.). Jossey-Bass
- Ministério da Educação (MEC). (2020). *Plataforma Nilo Peçanha: Guia de referência metodológica*. Evobiz. <https://dadosabertos.mec.gov.br/images/pdf/grm-2020-isbn-revisado.pdf>
- Ministério da Educação. (MEC). (2024). *Plataforma Nilo Peçanha (PNP): Observatório de Dados e Informações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. MEC.
- Newcomer, K., & Brass, C. T. (2016). Forging a strategic and comprehensive approach to evaluation within public and nonprofit organizations: Integrating measurement and analytics within evaluation. *American Journal of Evaluation*, 37(1), 80-99. <https://doi.org/10.1177/1098214014567144>
- Nierotka, R. L., & Bonamino, A. M. C. de. (2023). Conclusão de curso no ensino superior: Um olhar sobre ingressantes das camadas populares na Universidade Federal da Fronteira Sul. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 104, Artigo e5224. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.104.5224>
- Patton, M. Q. (2015). *Qualitative research and evaluation methods: Integrating theory and practice* (4th ed.). Sage Publications.

- Pereira, T. C. B., & Passos, G. de O. (2017). Avaliação da Política de Assistência Estudantil na educação profissional de nível técnico: Análise dos indicadores de evasão e retenção no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) – Campus Teresina Central. *Cadernos de Educação*, (57). <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i57.12823>
- Perrin, B. (1998). Effective use and misuse of performance measurement. *American Journal of Evaluation*, 19(3), 367-379. <https://doi.org/10.1177/109821409801900308>
- Pinto, G. (2015). *A política de assistência estudantil da UFF em duas faces: A institucionalidade dos processos e as perspectivas da demanda estudantil* [Tese de doutorado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Poister, T. H. (2015). Performance measurement. In K. E. Newcomer, H. P. Hatry, & J. S. Wholey (Eds.), *Handbook of practical program evaluation* (pp. 108-136). Jossey-Bass. <https://doi.org/10.1002/9781119171386.ch5>
- Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007. (2007). Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes. Brasília, DF. https://portal.ifce.edu.br/documents/6289/Portaria_Normativa_n%C2%BA_39_-_Institui_o_Programa_Nacional_de_Assist%C3%Aancia_Estudan_BKBRn36.pdf
- Prada, T., & Surdine, M. C. da C. (2018). A assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *Ser Social*, 20(43), 268-289. https://doi.org/10.26512/ser_social.v20i43.18860
- Ramos, M. P., & Schabbach, L. M. (2012). O estado da arte da avaliação de políticas públicas: Conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 46(5), 1271-1294. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000500005>
- Rampazzo, L. (2005). *Metodologia científica*. Loyola.
- Sampieri, H., Collado, C. F., & Lucio, P. B. (2013) *Metodologia de pesquisa* (5ª ed.). Penso.
- Silva, L. S. da. (2022). *Proposta de metodologia para a avaliação das políticas de assistência estudantil das universidades federais a partir do Pnaes* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/240881>
- Silva, M. das G. M. da, & Nogueira, P. S. (2016). A permanência dos estudantes na educação superior para além da assistência estudantil. *Revista da Faculdade de Educação*, 25(1), 111-129. <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/3944>
- Silva, P. T. de F. e, & Sampaio, L. M. B. (2022). Políticas de permanência estudantil na educação superior: Reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. *Revista de Administração Pública*, 56(5), 603-631. <https://doi.org/10.1590/0034-761220220034>
- Silvente, V. B., Gazo, M. P. F., & Fanals, E. P. (2018). Predictive model of university persistence: Students with “salary scholarship”. *Education XXI*, 21(1), 209-230.
- Soares, P. da S., & Amaral, C. de A. (2022). A assistência estudantil no processo educacional: Possibilidades de atuação. *Educação e Pesquisa*, 48, Artigo e238181. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248238181>
- Souza, J. D. A. de. (2017). *Na travessia: Assistência estudantil da educação profissional: As interfaces das políticas de assistência social e educação* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/23610>
- Souza, R. C. de, & Costa, M. A. T. S. da. (2020). Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: O caso do Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 28(107), 362-385. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002801803>

- Taufick, A. L. de O. L. (2014). Análise da política de assistência estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 30(1), 181-201. <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/50020>
- Thoenig, J.-C. (2000). A avaliação como conhecimento utilizável para reformas de gestão pública. *Revista do Serviço Público*, 51(2), 54-71. <https://doi.org/10.21874/rsp.v51i2.325>
- Tribunal de Contas da União (TCU). (2024). *Relatório de auditoria operacional que avaliou o grau de eficiência de conclusão nos cursos ofertados pelas instituições integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no período de 2017 a 2022*. TCU.
- Turnhout, E. (2009). The effectiveness of boundary objects: The case of ecological indicators. *Science and Public Policy*, 36(5), 403-412. <https://doi.org/10.3152/030234209X442007>
- Vieira, B. A., Nogueira, L. C. B., & Santos, W. P. (2017). Os determinantes do índice de desempenho acadêmico dos estudantes do semiárido potiguar. *Holos*, 1, 397-414. <https://doi.org/10.15628/holos.2017.4388>
- Vieira Abrahão, M. H. (2006). Metodologia na investigação de crenças. In A. M. F. Barcelos, & M. H. Vieira Abrahão (Orgs.), *Crenças e ensino de línguas: Foco no professor, no aluno e na formação de professores* (pp. 219-231). Pontes.
- Yin, R. K. (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Penso.

NOTA: As contribuições de cada autor para o desenvolvimento do artigo foram as seguintes: Jéssica Cristina Pereira Santos – conceitualização; pesquisa; metodologia; administração do projeto; redação do manuscrito original, revisão e aprovação da versão final do trabalho. Arnaldo Mauerberg Junior – metodologia; supervisão; redação: revisão e aprovação da versão final do trabalho.